

Partido Verde apóia direitos dos indígenas

O Partido Verde, em apoio à causa da garantia dos direitos dos índios, promove hoje, e possivelmente durante a semana, plantão de coleta de assinaturas para o abaixo-assinado que dará respaldo à emenda que prevê a proteção às nações indígenas, junto a Assembleia Nacional Constituinte. Das 15 às 18 horas, na Rua Pindorama, 37, os interessados, desde que eleitores e tendo participado de até duas outras emendas populares, podem subscrever o abaixo-assinado.

Segundo Nelson Rodrigues, presidente do partido em Santos, há 11 listas disponíveis, mas até o momento o número de assinaturas é bastante reduzido. O Partido Verde tem prazo até o próximo dia 20 para entregar os abaixo-assinados e tenta, através de plantões, agilizar a coleta de assinaturas na Baixada Santista, que serão posteriormente acrescentadas a outras de todo o País. Para que qualquer emenda à próxima Constituição seja legitimada, é necessário o mínimo de 30 mil assinaturas, acompanhadas do número do título de eleitor de cada indivíduo.

Nelson recebeu documento do próprio coordenador nacional da União das Nações Indígenas, Ailton Krenak, solicitando auxílio do partido na coleta de assinaturas. A nível nacional, mais três instituições, a Associação Brasileira de Antropologia, Coordenação Nacional dos Geólogos e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — SBPC —, são responsáveis por listas em apoio aos direitos indígenas. Os resultados obtidos pelo Partido Verde local são relevantes, já que de certa forma servirão como indicadores da preocupação dos habitantes de uma região como a Baixada, que também abriga reservas indígenas, no Município de Peruibe.

GARANTIA DE DIREITOS

A proposta popular de emenda ao projeto da Constituição, no capítulo concernente às populações indígenas, dispõe de oito artigos. Eles estabelecem o reconhecimento da sociedade brasileira como pluri-étnica, sendo atribuído aos índios o gozo de direitos especiais, sem prejuízo de outros instituídos por lei.

Um dos pontos essenciais da proposta é o que garante aos índios o direito à terra e a integridade de sua cultura e tradições. Esse item da emenda vem justamente em detrimento à exploração e ao extermínio seculares a que sempre estiveram expostos. A União competiria a proteção das instituições e terras indígenas, consideradas inalienáveis e destinadas à posse permanente, de forma que qualquer exploração mineral nesse território seria restrita ao Governo, com autorização prévia dos índios.

Outra questão relevante é o reconhecimento formal e a demarcação efetiva das terras existentes e daquelas ainda não demarcadas, no prazo máximo de quatro anos. Concomitante a esse item, estaria a proibição de que as tribos fossem removidas de suas terras, bem como a aplicação de qualquer medida que limite os direitos à posse e usufruto exclusivo da terra.

Os índios justificam suas reivindicações com base no reconhecimento de que por serem brasileiros culturalmente diferenciados, têm suas formas próprias de organização, e enquanto habitantes primordiais do Brasil, têm direito às riquezas naturais do solo e subsolo. A União das Nações Indígenas vê essas medidas como a única forma de garantir a sobrevivência dos 180 povos